

marcus vinicius d. queiroz



Paisagens em movimento: as interlocuções entre a moradia e o urbano em Campina Grande (1930-1945)

Campina Grande, janeiro de 2006.

Trabalho apresentado à disciplina **Habitação, metrópoles e modos de vida: uma relação moderna**, ministrada pela Prof. Dr. **Marcelo Tramontano**.

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo.

1. Introdução

No início da década de 1930 as ruas da cidade de Campina Grande, interior da Paraíba, não eram mais as mesmas. As festas populares realizadas nos leitos descalços e desalinhados dos principais logradouros públicos, manifestações tão comuns durante todo o século XIX e início do XX, sumiram. As lapinhas, pastoris, cavalhadas, derrubadas de gado, cavalos-marinhos e brigas de espada deram lugar aos elitizados cursos carnavalescos, *footings* e retretas dominicais. Os bois de carga, que de tudo transportavam, foram banidos da paisagem urbana através de decretos municipais, sendo logo substituídos por automóveis, bondes e ônibus (CÂMARA, 1947). Havia a necessidade de erradicar costumes “arcaicos”, associados à colônia e ao império, e de construir uma imagem condizente com a prosperidade econômica trazida pela exportação de algodão, viabilizada a partir da instalação da ferrovia em 1907.

Contudo, se no início do governo Vargas os espaços públicos campinenses já haviam experimentado significativas mudanças de usos, tornando-se mais “civilizados”, as tentativas até então implementadas com o objetivo de modernizar o aspecto físico da cidade não passaram de iniciativas incipientes. Os primeiros melhoramentos urbanos, relatados por Câmara (1947) e Almeida (1979), foram executados nos anos 1920 e limitaram-se à

instalação de iluminação elétrica em algumas ruas e domicílios, à construção de um sistema precário de abastecimento d’água (que, além de não tratar a água, logo entrou em colapso diante do rápido crescimento do município) e à colocação de meio-fio, calçadas e frágil pavimentação em pouquíssimas ruas.

Assim, a malha urbana ainda mantinha sua estrutura colonial de becos, largos e ruas tortuosas. As edificações, em sua esmagadora maioria, eram térreas, não possuíam recuos em relação aos limites frontal e laterais do lote e vinculavam-se às manifestações ecléticas e classicizantes da arquitetura brasileira (CARVALHO, QUEIROZ e TINEM, 2005). O morar nessa cidade era entre sobrados e cortiços, palacetes e casas de cômodos, feiras livres e finas casas comerciais. Essa heterogeneidade, de usos e classes sociais, presente no território citadino, aspecto comum a todas as cidades brasileiras que passaram por rápido crescimento entre o fim do século XIX e começo do XX, passou a incomodar ricos e alguns intelectuais, que, com sistemáticos artigos em jornais, clamavam contra o quadro de mistura, sujeira, desorganização e feiúra da cidade (SOUSA, 2001).

Dessa forma, dentro do espírito modernizador do país em voga desde o final do século XIX e em sincronia com a intensificação das ações de modernização da capital do estado pelo governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940), Campina Grande foi alvo de

um conjunto de intervenções apoiadas nos ideais de saneamento, circulação e embelezamento, que se estenderam até o fim do Estado Novo. Nesse momento, encontramos uma paisagem urbana completamente distinta daquela do início dos anos 1930. As elites intelectual e econômica, enfim, conseguiram criar os cenários “adequados” para seus cursos, *footings* e retretas; livraram a área central do cemitério, das casas de mercado, das feiras livres, dos cortiços, das prostitutas e de parte das edificações térreas; construíram avenidas e praças ajardinadas; pavimentaram e sanearam ruas; homogeneizaram vizinhanças e usos no solo urbano.

Na cidade reformada, mudaram os territórios e as formas de morar. As casas surgiram em meio a uma nova paisagem citadina, juntas a seus pares sociais, articuladas a redes de água, esgoto, eletricidade e circulação. Incorporaram recuos, jardins, banheiros e programas distribuídos em mais de um pavimento. Procurando flagrar algumas dessas transformações em trechos da cidade, este trabalho analisa, em linhas gerais, como as preocupações com o sanear, circular e embelezar redefiniram algumas interlocuções da moradia com o urbano em Campina Grande entre os anos de 1930 e 1945. O início do recorte temporal pretende recuperar a cidade às vésperas das intensas intervenções subseqüentes, ainda pouco maculada e fortemente herdeira do seu passado, como já exposto

acima. O ano de 1945 representa o fim da ditadura Vargas, e, com ele, o término de administrações públicas, tanto em âmbito municipal quanto estadual, responsáveis pela implementação de enérgicas ações modernizadoras, que, como diz Câmara (1947, p.158), “carioquizaram a urbs”.

Dentro do objetivo maior de registrar as modificações no vínculo entre espaço doméstico e urbano no período proposto, as categorias de análise caminharão por um viés que pretende estabelecer a dinâmica nas relações entre habitação e lote, habitação e vizinhança e habitação e espaço público. A primeira tem por finalidade acompanhar como a obrigatoriedade de alinhamento das quadras provocou o rearranjo de lotes e a incorporação de recuos em muitas residências, afastando-as da rua, trazendo uma nova noção de privacidade e abrindo espaço para o cultivo de jardins. A segunda mostra como os territórios do morar iam mudando na cidade, como áreas em que antes moravam ricos e pobres, misturados as mais variadas atividades de trabalho (comércio, repartições, mercados, meretrícios etc.), foram uniformizadas de acordo com o uso e a faixa social. A última tem como objetivo analisar como as obras de melhoramento dos espaços públicos alteraram a paisagem da cidade, propiciando um morar em meio a áreas devidamente ordenadas, pavimentadas, saneadas e arborizadas.

Para que possamos viabilizar as incursões pretendidas, propomos uma análise que se dê, majoritariamente, por meio das fotografias já produzidas sobre o município no intervalo de tempo definido para este trabalho. O *corpus* documental é composto, em sua maior parte, por fotografias do acervo do Museu Histórico de Campina Grande. As imagens são eloqüentes, testemunhando ao longo dos anos, muitas vezes sem querer, as várias mutações da paisagem. Contudo, não revelam todos os recantos da cidade, flagram, principalmente, a área central e os espaços da elite. Assim, o nosso estudo será de meio- corpo, restrito aos logradouros que possuem razoável quantidade de fotografias. Paralelamente, utilizamos mapas e as impressões deixadas pelos cronistas campinenses, como eles apreendem e documentam as transformações da cidade. Aqui, fazemos uso de Câmara (1943 e 1947), Pimentel (1958) e Almeida (1979).

Inicialmente, voltamos um pouco no tempo para entendermos como a instalação da ferrovia, em 1907, provocou vertiginoso crescimento demográfico, causando o adensamento da área central, o agravamento do estado de insalubridade, a proliferação de precárias moradias populares e a insatisfação, por determinados setores da sociedade, com os aspectos físicos e estéticos da cidade, fatores que motivaram as ações reformistas subseqüentes. Em seguida, vamos caminhar pelos logradouros mais tradicionais

do município, procurando acompanhar como as transformações da paisagem urbana foram, aos poucos, redefinindo os territórios da habitação.

2. Trem, modernização, crescimento urbano e adensamento das áreas centrais

[...] (Campina Grande) apresentava pouca diferença em 1907 comparada com 1864. [...] as mesmas casas de mercado, os mesmos açudes, os mesmos comboios de almocreves, o mesmo movimento de boiadas, o mesmo *modus vivendi*, a mesma rotina, os mesmos costumes. E tudo se renovou com a ferrovia que influiu sobremodo para integrar sua gente e suas cousas a um sentido mais moderno, ou menos antiquado, se quisermos falar com mais franqueza (CÂMARA, 1947, p.50). (grifo no original)

O povoado que deu origem à cidade de Campina Grande surgiu no final do século XVII, foi elevado à categoria de vila em 1790 e à de cidade em 1864. Até o início do século XX, o município cresceu lentamente. Em 1907, seu espaço urbano era muito reduzido, cerca de 18% dos 34 hectares que a capital, João Pessoa, possuía na mesma época (CARVALHO e QUEIROZ, 2004, p.13). A cidade estruturava-se em torno do triângulo formado pelos largos da Igreja da Matriz, da Igreja do Rosário e do Comércio Novo, dentro do qual se desenvolviam todas as suas atividades sociais, econômicas e políticas. Fora, encontravam-se apenas alguns ranchos e

ocupações iniciais no bairro São José e na rua Vila Nova da Rainha (antiga rua das barrocas) (imagem 1).

Nesse meio, não existiam territórios exclusivos a uma ou outra classe social, destinados a um ou outro uso. Havia, sim, uma concentração das residências das camadas mais abastadas no “L” constituído pelo largo do Comércio Novo, rua Maciel Pinheiro e largos do Comércio Velho e da Matriz. Contudo, esse convívio se dava em meio a casas simples de uma população empobrecida, mercados, estabelecimentos comerciais, feiras livres e festas populares, misturas que permitiam a apropriação desses espaços por pessoas pertencentes as mais variadas faixas sociais.

A valorização do algodão do mercado mundial e, conseqüentemente, na economia paraibana, produtora desta matéria-prima, levou à implantação do ramal Itabaiana-Campina Grande da estrada de ferro Great Western, viabilizando a exportação pelos portos da Paraíba e de Pernambuco. As obras foram concluídas em 1907 e, a partir de então, impulsionou o mais expressivo ciclo econômico da cidade. Na verdade, não se tratou de uma ruptura com sua tradição econômica, sempre baseada no comércio, mas sim de uma intensa dinamização e consolidação desta atividade (ALMEIDA, 1978, p.348).

A partir de então, o crescimento foi na velocidade do trem e nos rastros de mais um ciclo agrário-exportador. Em 1947, impressionava a expansão física ocorrida em apenas quarenta anos. O crescimento foi de 1.710,6%, passando de 791 para 13.259 o número de edificações, com incremento populacional de 344%, contra 177% da capital da Paraíba e 212% da capital da República, Rio de Janeiro (ARANHA, 1991, p.177-196). A influência da cidade ultrapassou suas fronteiras geográficas e, segundo Cavalcanti (2000, p.68), abrangeu, além de todo cariri e sertão paraibanos, o Seridó norte-rio-grandense e o sul do Ceará, chegando seu raio de atuação aos estados do Piauí e Maranhão. Campina tornou-se grande da noite para o dia, ultrapassando à capital do estado em número de habitantes¹ já na década de 1920 e na arrecadação de impostos na década de 1940 (QUEIROZ, 2005a, p.5).

O algodão plantado no campo passou a tecer a malha urbana e a costurar as relações sociais da Campina Grande moderna. A monetarização crescente da economia atraiu forasteiros de todas as partes em busca de fortuna ou apenas de um meio de sobrevivência, que, misturados aos nativos, romperam o quadro anterior em que todo mundo se conhecia. Ao mesmo tempo, o

¹ Incluindo zonas urbana e rural (ARANHA, 1991, p.189-193).

comércio varejista diversificou-se, surgiram cinemas (1909), hotéis (1910), igrejas protestantes (1912), livrarias (1913), automóveis (1914), clubes esportivos (1914), salões de barbearia (1918), luz elétrica (1920), associações sindicais (1920), bancos (1923), bondes (1926), telefones automáticos (1937), hospitais, fabricas, cabarés, clubes dançantes, cassinos, jornais, revistas etc. (CÂMARA, 1947).

Como já aponta Cavalcanti (2000, p.68-69), o surto demográfico verificado em Campina Grande a partir do incremento econômico propiciado pela ferrovia provocou o adensamento da área central e, conseqüentemente, a proliferação de cortiços, casas de pau-a-pique e casas de cômodo. Toda essa produção habitacional, voltada para uma massa pobre, muitas vezes formada por sertanejos fugidos da seca em busca de melhores condições de vida no meio citadino, acomodou-se em espaços contíguos aos das camadas abastadas, que, apesar do crescimento do perímetro urbano, não migraram para novos bairros, continuando a se organizar nos mesmos espaços do começo do século XX (o “L” formado pelos largos da Matriz e do Comércio Velho, praça Epitácio Pessoa, antigo largo do Comércio Novo, e rua Maciel Pinheiro, como já exposto acima).

Todas essas formas de morar chegaram até a década de 1930 dividindo parede com as mesmas vizinhanças do início do século,

misturadas a comércio, cemitério, matadouro público, feiras livres, currais e meretrícios. Houve, assim, a intensificação do convívio entre classes sociais economicamente distintas, tanto com relação aos territórios do habitar quanto ao uso dos espaços públicos, em uma estrutura urbana ainda herdeira do seu passado colonial e imperial, associada ao atraso, à sujeira e à desordem.

Essa imagem era incompatível com os anseios de uma burguesia emergente. Campina Grande cresceu muito rápido, tornando-se economicamente mais influente do que muitas capitais nordestinas². Era mister embelezar a urbes, esconder as mazelas decorrentes do enriquecimento de poucos, criar endereços “adequados” (salubres, morais e embelezados) para lazer, circulação e moradia dos “homens de bem” da sociedade. Por isso, sua elite queria construir uma imagem condizente com sua pujança, que espelhasse sua prosperidade e atraísse investimentos, referenciando-se nas experiências de reforma urbana de outras cidades brasileiras.

Sousa (2001), aponta que a leitura de jornais e revistas de outros lugares do país, a literatura européia, o cinema norte-americano e

² Segundo Aranha (1991, p.238), no fim da década de 1950, capitais como Natal, Maceió, João Pessoa, São Luiz e Aracaju não eram mais influentes economicamente do que Campina Grande.

os passeios por capitais embelezadas, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro (onde alguns cursavam as faculdades de direito e medicina) deixaram a cidade atualizada e aspirando os modelos de intervenção urbana correntes nos grandes centros. Todavia, não podemos analisar as reformas campinenses apenas como um gesto gratuito influenciado pelos meios de comunicação. Havia, sim, graves problemas de abastecimento d'água, coleta de esgotos, adensamento e precariedade das moradias populares e circulação que necessitavam de solução, além de uma elite que precisava de todas essas justificativas para criar seus espaços de diferenciação.

Assim, durante os anos 1930 e boa parte dos 1940, Campina Grande foi alvo de um conjunto de ações enérgicas, baseadas nos conceitos de circulação, embelezamento e saneamento, responsáveis pela transformação da sua paisagem urbana. Nesse período, a cidade assistiu à demolição de centenas de casas térreas; à instalação do sistema de abastecimento d'água e coleta de esgoto (inaugurado em 1939 e projetado pelo engenheiro Saturnino de Brito Filho); à transferência da feira que funcionava na rua Maciel Pinheiro para o mercado público construído no bairro das Piabas (1941); à inauguração do novo prédio da prefeitura e do Grande Hotel no largo do Comércio Velho (1942); ao aformoseamento e ajardinamento de praças; ao alinhamento de quadras; à pavimentação de ruas; à construção de pontilhões sobre

cursos d'água, de cais no Açude Velho (1942) e da avenida Floriano Peixoto, grande *boulevard* que passou a cortar toda a cidade no sentido leste-oeste (QUEIROZ, 2005b, p.12). Todas essas empreitadas mudaram espaços tradicionais do município, redefinindo os territórios do morar e suas interlocuções com o urbano.

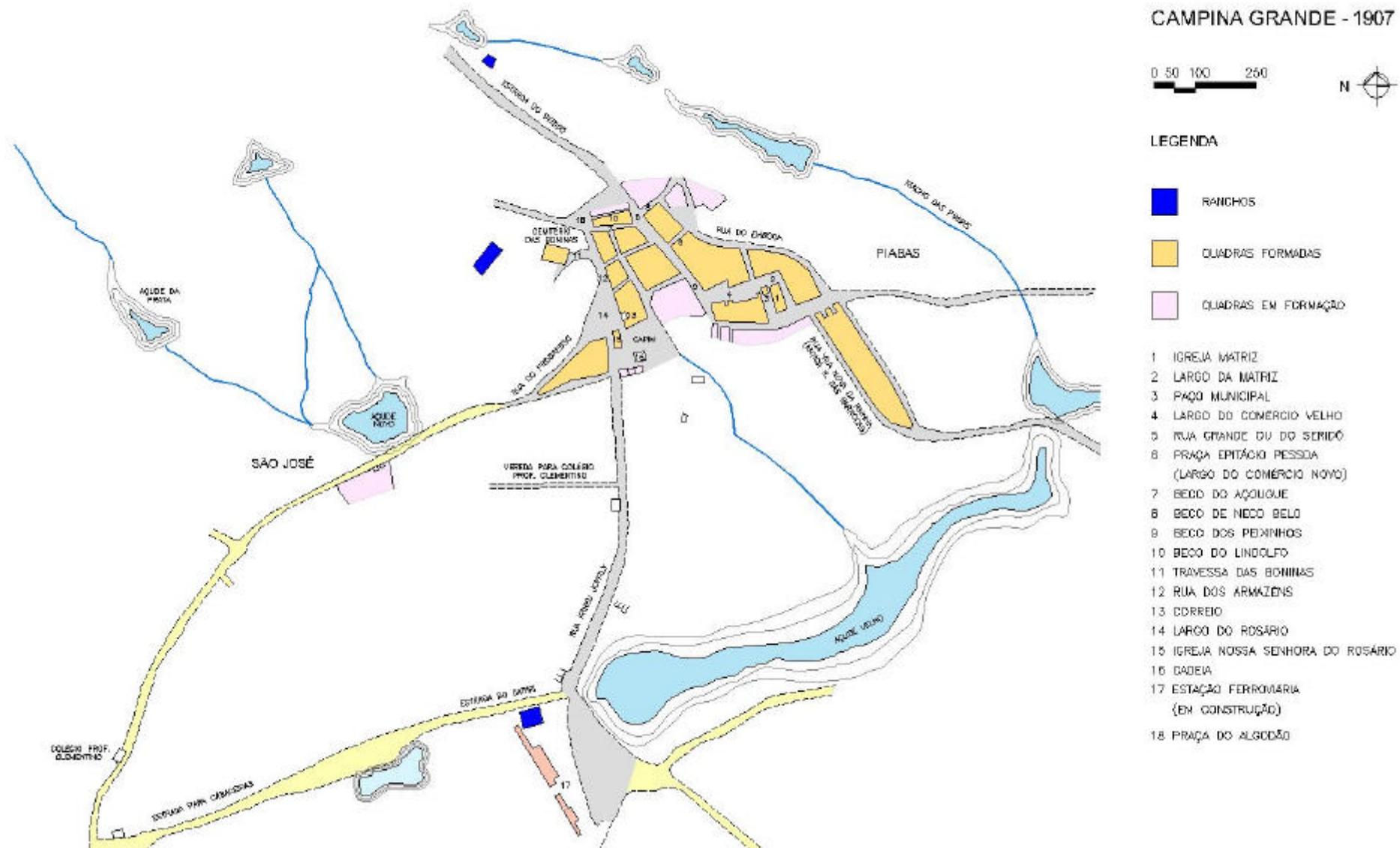


Imagem 1: Mapa de Campina Grande, 1907. Fonte: Adaptado a partir de Secretaria de Educação e Cultura de Campina Grande.

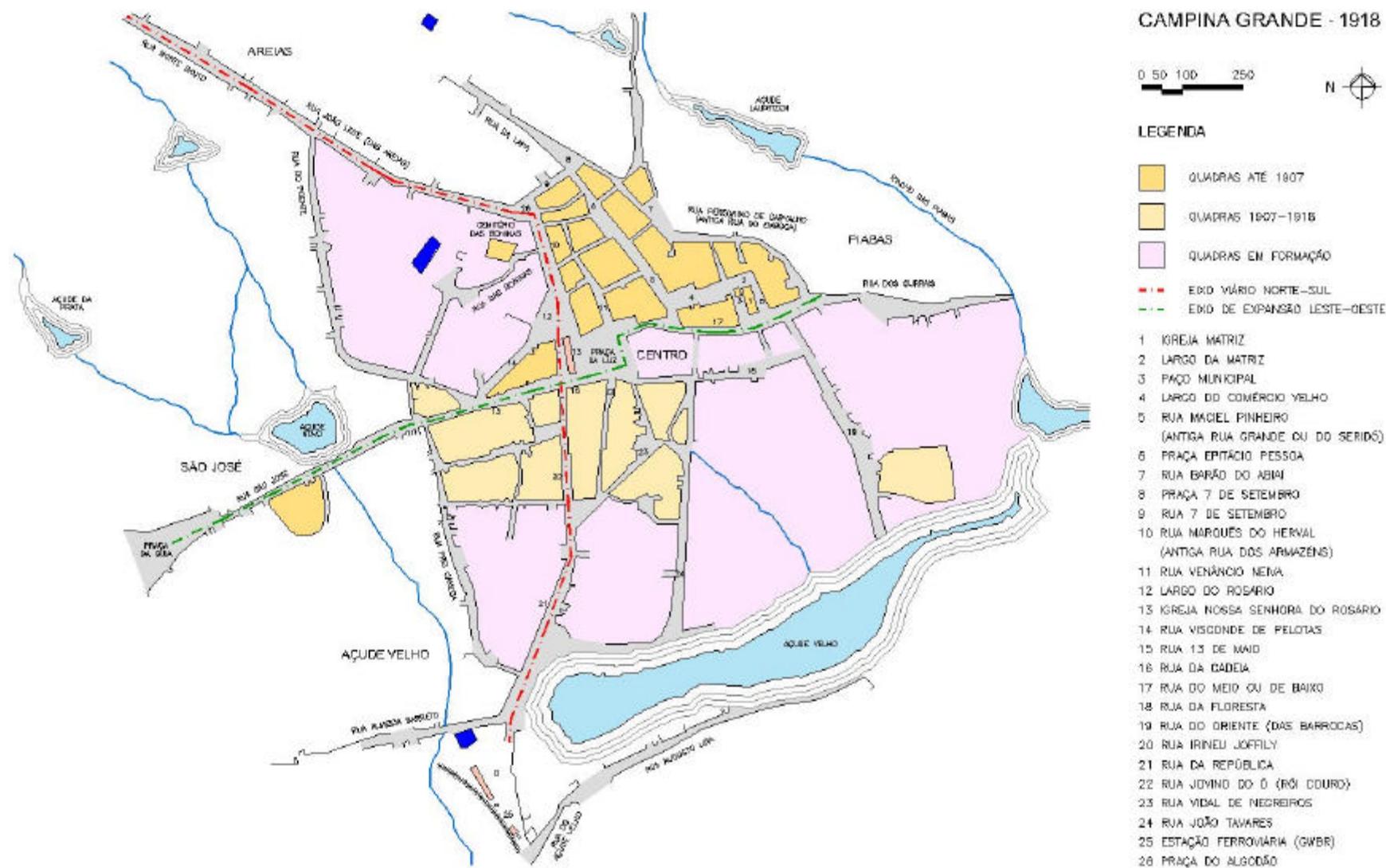


Imagem 2: Mapa de Campina Grande, 1918. Fonte: Adaptado a partir de Secretaria de Educação e Cultura de Campina Grande.

3. Paisagens em movimento: redefinições nas interfaces entre a moradia e o urbano

Apesar do seu intenso processo de crescimento durante as primeiras décadas do século XX, Campina Grande chegou aos anos 1930 ainda orbitando em volta do seu núcleo urbano mais antigo, herdado do período que antecedeu a instalação da ferrovia: o triângulo formado pelos largos da Igreja da Matriz e da Igreja do Rosário e pela praça Epitácio Pessoa (antigo largo do Comércio Novo). Esses espaços foram os alvos principais das ações reformistas dos anos 1930 e 1940: receberam melhoramentos, tiveram sua morfologia alterada, mudaram de usos e de vizinhos em um processo contínuo de reconstrução que modificou as formas e os territórios do habitar. Aqui, caminharemos pela região do “L” formado pelos largos da Matriz e do Comércio Velho, praça Epitácio Pessoa e rua Maciel Pinheiro, com o intuito de flagrar como todas as preocupações com o sanear, circular e embelezar ocasionaram tais redefinições na paisagem cidadina campinense.

3.1 Largos do Comércio Velho e da Matriz e arredores

Do ponto de vista morfológico, em 1930 os largos da Matriz e do Comércio Velho conformavam um só espaço, com predominância retangular, definido pelos volumes das suas edificações, o que lhe

conferia limites físicos e visuais bem delimitados (ver imagens 3 e 4). As quadras eram desalinhadas, as ruas já haviam recebido pavimentação, arborização, calçada, canteiro central e postes de iluminação elétrica. Ali, estavam as mais importantes instituições públicas e religiosas do município: a Igreja Matriz, o Paço Municipal e a sede dos Telegraphos. A casa de mercado que dava nome ao largo do Comércio Velho não existia mais, foi substituída pelo grupo escolar Solon de Lucena em 1924. Todas essas funções tornavam o lugar um importante ponto para práticas políticas, sociais e religiosas, atividades intensificadas pela vizinhança eminentemente residencial.



Imagem 3: Largos da Matriz e do Comércio Velho, 1932.
Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.

Muitas das “elegantes” vivendas de tradicionais famílias locais localizavam-se nos largos, mas eram minoria, pois se misturavam a habitações mais simples, pertencentes a pessoas de nível econômico que oscilava entre o intermediário (já que não é possível falar em classe média) e o pobre, que se renovavam na área desde a sua conformação. Além da Igreja Matriz, só duas construções possuíam mais de um pavimento (apenas uma residencial, a outra era sede dos Telegraphos), a demais eram térreas e implantadas em lotes estreitos, fator que impedia a incorporação de recuos laterais e frontal na maioria das edificações. Poucas eram as fachadas ricamente decoradas e as cobertas que não se desenvolviam em duas águas, escondidas por platibanda e paralelas ao alinhamento da rua. Muitas dessas características de implantação e coberta, dominantes em toda a cidade, eram remanescentes dos modelos coloniais de produção do espaço urbano³, e, associadas ao denticulado das quadras, passaram a incomodar a “sensibilidade estética” dos que se esforçavam para embelezar a urbes.

Segundo Câmara (1947, p.123), em 1936 a prefeitura obrigou que todos os prédios da área alinhassem suas fachadas, tomando como base para a retificação a calçada há pouco construída, a

qual, no momento da construção, não se equiparou ao maior conjunto edificado, de casinhas pobres, mas a única residência realmente desalinhada, com dois pavimentos, pertencente a algum membro da elite local (ver imagem 4). Observando a imagem 5, percebemos que as casas surgidas com o alinhamento estavam implantadas em terrenos maiores, possuíam cobertas em vários arranjos, composições volumétricas, jardim frontal e algumas até mais de um pavimento, características que não correspondiam ao padrão financeiro dos antigos moradores da região.

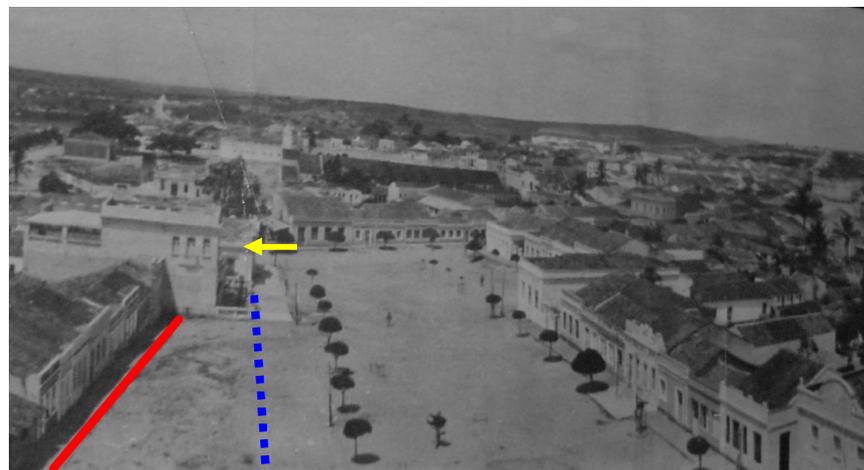


Imagem 4: Largos da Matriz e do Comércio Velho, 1918. Em vermelho, o conjunto de casas “desalinhadas”, e, em azul, novo alinhamento. A seta amarela indica a edificação utilizada como referência para a retificação.
Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.

³ Sobre o assunto, ver Carvalho, Queiroz e Tinem (2004).



Imagem 5: Largos da Matriz e do Comércio Velho após o alinhamento das quadras. A seta amarela indica a mesma edificação presente na imagem 4, referência para a retificação. Podemos observar que as residências erguidas com o alinhamento foram implantadas em lotes maiores, incorporaram recuos, jardins e, algumas, cômodos distribuídos em vários pavimentos.
Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.

É provável que a obrigatoriedade do alinhamento tenha vindo associada a alguma legislação construtiva, que estabeleceu padrões elevados para as novas edificações da região. O fato é que todos esses instrumentos foram utilizados para expulsar a população pobre de uma das parcelas mais valorizadas da cidade, abrindo espaço para o estabelecimento de, usando o termo de Câmara (1947), “vivendas modernas”, erguidas por uma classe econômica favorecida. Assim, ao longo dos anos, os largos da Matriz e do Comércio Velho foram perdendo seu caráter residencial misto, aglutinador de pessoas pertencentes as mais variadas

camadas sociais, transformando-se em recanto exclusivo de moradia das elites, com vizinhanças devidamente homogeneizadas.

Tal fator foi intensificado com a abertura da avenida Floriano Peixoto, na primeira metade da década de 1940. Sua construção derrubou dezenas de casas, cortiços e desarticulou a estrutura urbana existente, extinguindo os largos da Matriz, do Comércio Velho e do Rosário. No lugar, passou a existir um vasto *boulevard*, cortando toda cidade no sentido leste-oeste e pondo fim ao labiríntico e indesejado traçado anterior. Os espaços públicos delimitados pelo volume das edificações, com limites físicos e visuais bem definidos, foram substituídos por um grande eixo de perspectiva, infinito, ao longo do qual construíram praças e prédios administrativos. As finas residências continuaram nos mesmos lugares, mas o endereço mudou. Não se morava mais nos “acanhados” largos da Matriz, do Comércio Velho e do Rosário, mas na arejada e moderna avenida Floriano Peixoto, onde os ricos desfilavam seus automóveis, suas elegantes vestimentas e, na recém construída praça Clementino Procópio, “um centro de atração muito vivo”, a mocidade costumava “em tôdas as tardes alegres cochichar com as namoradas catitas, à vista dos fôcos elétricos” (PIMENTEL, 1958, p.251) (ver imagem 6).



Imagem 6: Avenida Floriano Peixoto, década de 1940. Em primeiro plano, praça Clementino Procópio, com seus “focos elétricos”. A linha vermelha indica conjunto de residências na região dos antigos largos da Matriz e do Comércio Velho. Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.

As imagens 7 e 8 mostram que, no começo dos anos 1930, as ruas ao redor desses dois largos (rua Peregrino de Carvalho, antiga rua do Emboca, e rua Afonso Campos, antiga rua do Meio) eram eminentemente residenciais, ocupadas por habitações que reproduziam o modelo mais corrente na cidade (casas térreas, implantadas em terrenos estreitos e com coberta paralela ao alinhamento da via). Mas, aqui, aparece um diferencial: as fotos flagram a proliferação de edículas nos fundos dos lotes. Algumas serviam de banheiro e anexo da casa principal, mas é provável que boa parte fosse alugada como moradia para os que não tinham recursos para pagar algo melhor, propiciando uma renda extra ao proprietário. Essa suposição ilustra as afirmações de Cavalcanti

(2000, p.68-69), quando relata que o surto demográfico verificado em Campina Grande a partir da instalação da ferrovia provocou o adensamento da área central e a conseqüente propagação de cortiços, casas de cômodo e casas de pau-a-pique.

Com relação aos banheiros, até meados da década de 1920 eram instalados em edículas afastadas do corpo da residência. Como relata Câmara (1947, p.100), até então não existiam gabinetes sanitários higienizados.

Eram primitivas sentinas no fundo dos quintais. Nesse ano [1924], os médicos de higiene deram início às intimações para a construção de gabinetes com fossas. Instalações com caixa de descarga, na verdade, só apareceram a partir de 1930 e somente foram se generalizando depois do serviço de água e esgotos [em 1939] (CÂMARA, 1947, p.100).



Imagem 7: Edículas nos fundos dos lotes da rua Peregrino de Carvalho, 1932. Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.



Imagem 8: Edículas nos fundos dos lotes de logradouro nas proximidades dos largos da matriz e do Comércio Velho, 1932.
Fonte: Museu Histórico de Campina Grande

As fontes consultadas não permitem que acompanhem como as ações reformistas alteraram a rua Peregrino de Carvalho, mas nos mostram mudanças interessantes na Afonso Campos. No começo dos anos 1930 o leito dessa rua não possuía pavimentação e as fachadas das casas alinhavam-se sobre os limites dos lotes, inexistindo espaços de transição, como recuos ou jardins, entre o que era público (rua) e o que era privado (casa) (ver imagem 9). Já em 1938, o logradouro aparece pavimentado, com calçadas niveladas e todas as residências surgem com pequenos recuos frontais, murados, conseguidos com o avanço das propriedades sobre a via pública, onde muitos passaram a cultivar jardins (ver imagens 10 e 11). Tal artifício trouxe uma nova noção de privacidade, semelhante ao verificado nos largos da Matriz e do

Comércio Velho, a partir do momento em que as casas foram cercadas e afastadas da rua, estabelecendo controle de acesso e dificultando os olhares dos transeuntes para a intimidade dos seus moradores.



Imagem 9: Rua Afonso Campos, 1932. Em vermelho, as casas alinhavam-se com o limite frontal dos lotes. Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.



Imagem 10: Rua Afonso Campos, em momento posterior. Em vermelho, as mesmas casas da imagem anterior aparecem com recuos frontais. Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.

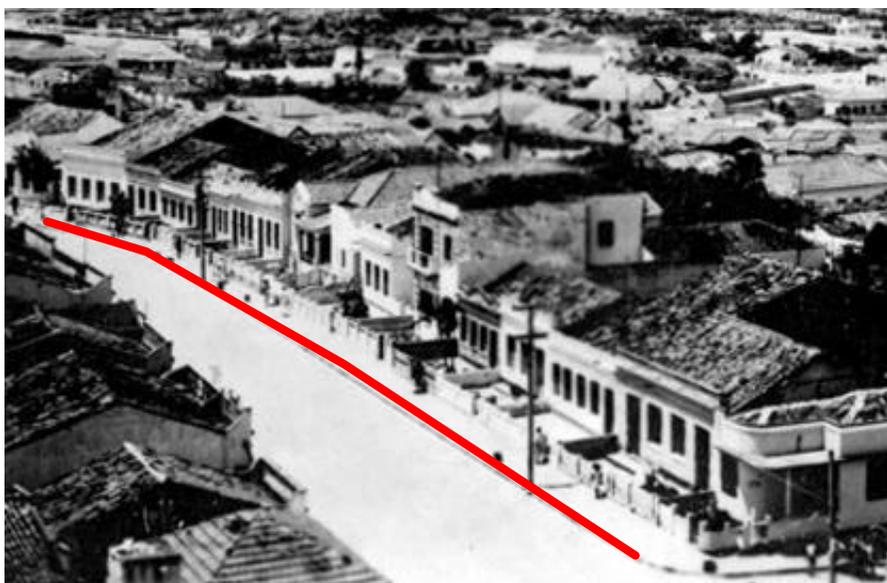


Imagem 11: Rua Afonso Campos, 1938. Grande parte das residências incorporou recuos frontais e muros de proteção.
Fonte: Acervo Trajano Filho.

3.2 Rua Maciel Pinheiro e Praça Epitácio Pessoa

Antes da abertura da avenida Floriano Peixoto, saindo do largo da Matriz em direção ao largo do Comercio Velho, dobrava-se à direita e chegava-se na rua Maciel Pinheiro, cujo leito alargava-se na outra extremidade para formar a Praça Epitácio Pessoa. Diferente dos largos da Matriz e do Comércio Velho, que em momento anterior às ações reformistas possuíam moradores pertencentes as mais variadas classes sociais, esses espaços eram ocupados apenas por residências da elite, não tão rica, mas economicamente favorecida para os padrões locais. Inexistiam casinhas “ínestéticas”

e quadras desalinhasdas, mas os logradouros concentravam o maior número de estabelecimentos comerciais do município, a feira e alguns botecos, usos que permitiam o trânsito de populares pelas “finas” calçadas do lugar (ver imagem 12) . A crônica de Oliveira, recuperada por Sousa (2001, p.35-36), descreve bem esses movimentos:

A rua Maciel Pinheiro [...] era a rua **chic** da provinciana cidade, onde, inclusive, realizava-se o footing. Artéria mais residencial que comercial, ali moravam algumas famílias ricas da cidade e de tradição [...]. Todas essas famílias que residiam naquela rua conviviam com um intenso comércio, notadamente dos ramos de tecidos e calçados (OLIVEIRA apud SOUSA, 2001, p.35-36). (grifo no original).



Imagem 12: Rua Maciel Pinheiro, 1931.
Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.

Câmara (1947, p.101) aponta algumas melhorias implementadas na segunda metade da década de 1920 na Maciel Pinheiro e na praça Epitácio Pessoa, como colocação de meio-fio de pedra, calçada de cimento e pavimentação a paralelepípedos. Contudo, tomando como correta a data atribuída a imagem 12, observamos que, no começo na década de 1930, parte dos logradouros ainda não possuía calçadas nem pavimentação, as portas das casas ligavam-se diretamente à via de terra batida, em cujo meio ficavam os postes de iluminação. Casas que, aliás, repetiam os modelos predominantes no resto da cidade, já descritos anteriormente (casas térreas, implantadas em terrenos estreitos e com coberta paralela ao alinhamento da via).

Entre 1935 e 1945, esses espaços passaram por dois momentos distintos de intervenção. O primeiro, na década de 1930, foi marcado pela pavimentação e colocação de largas calçadas em toda a sua extensão, afastamento dos postes de iluminação para as laterais (liberando a passagem para os automóveis), saneamento e arborização, com árvores ritmicamente dispostas e rigidamente podadas (ver imagens 13 e 14). As ações mantiveram a mistura de usos, mas proporcionaram um morar mais confortável, em meio a uma paisagem transformada, ligada a redes de água, esgoto, eletricidade e circulação.



Imagem 13: Rua Maciel Pinheiro, fim da década de 1930.
Fonte: Museu Histórico de Campina Grande



Imagem 14: Praça Epitácio Pessoa, 1940.
Fonte: Museu Histórico de Campina Grande

Essa mistura começou a ser desfeita em 1941, com a transferência da feira que se estendia por toda Maciel Pinheiro e praça Epitácio Pessoa para o novo mercado construído no bairro das Piabas, bem perto de onde estavam se estabelecendo os pobres expulsos do Centro. A medida tinha como objetivo criar um ar “civilizado”, “higienizado” socialmente, tentando livrar os espaços da elite da presença “inestética” dos feirantes e consumidores menos abastados. Porém, a homogeneização de usos só se intensificou com o cumprimento do Decreto N°51, publicado em janeiro de 1935, mas só colocado plenamente em prática a partir de 1942, dando início ao segundo momento de intervenção, responsável pela alteração completa do caráter da região.

[...] considerando que o poder Público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois, é ele inquestionavelmente que impressiona os que nos visitam; considerando que para isso é preciso obrigar-se que as construções e reconstruções nessas ruas sejam de mais de um pavimento, decreta: Art. 1 – Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Epitácio Pessoa as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento [...] (DECRETO N° 51, 1935). (grifo nosso)

Durante o resto da década de 1930 seus efeitos foram amenos, sendo respeitado mais pelas edificações erguidas pelo poder público (o Grande Hotel, a Prefeitura Municipal e a Recebedoria de

vendas). Só a partir dos anos 1940, como aponta Câmara (1947, p.227), é que a prefeitura assumiu um forte papel fiscalizador, respaldado pelo autoritarismo do Estado Novo. O resultado é que, entre 1932 e 1947, em apenas quinze anos, o número de sobrados saltou de 18 para 300, realizando “o milagre duma brusca transformação arquitetônica” (CÂMARA, 1947, p.227), construindo uma cidade nova sobre a antiga.

Por onde passou, o decreto expulsou residências. No lugar, foram construídos verdadeiros conjuntos homogêneos de edifícios comerciais seguindo os parâmetros do art déco, mesclando loja no térreo e escritórios no primeiro pavimento. Observando as imagens 13 e 15, que mostram a rua Maciel Pinheiro antes e depois das reformas, podemos perceber que para viabilizar tais edificações houve uma redefinição da estrutura de lotes. Vários dos antigos terrenos de estreita testada foram agrupados, formando lotes maiores, o que provocou a diminuição do número de propriedades e, conseqüentemente, a impossibilidade de permanência dos antigos moradores na área. Além disso, em entrevista a Sousa (2001, p.301), D. Esmeraldina Agra, contemporânea das intervenções, relatou que a condição econômica e as indenizações pagas pela prefeitura também foram empecilhos para que os já estabelecidos construíssem seguindo as exigências da legislação.

Todas as investidas, desde as conseqüências da aplicação do Decreto N°51 até as obras de infra-estrutura e expulsão da feira, foram, assim como em outras cidades, justificadas pelas necessidades de salubridade, circulação e embelezamento. Contudo, as obras tornaram o centro de Campina Grande um lugar extremamente valorizado, caro, acessível apenas à elite. Como resultado, assim como aconteceu com a Maciel Pinheiro, as ruas por onde passou o Decreto N°51 tornaram-se eminentemente comerciais, expulsando a massa pobre para a região do bairro das Piabas e os moradores mais abastados para áreas adjacentes a esse centro reformado (ruas da Floresta, João da Mata, Dr. João Tavares, Desembargador Trindade, Afonso Campos, Vidal de Negreiros, parte da Irineu Joffily e a praça Coronel Antônio Pessoa) (SOUSA, 2001, p.301), onde poderiam usufruir as benesses implementadas pelo poder público.



Imagem 15: Rua Maciel Pinheiro, década de 1940. Edifícios em Art Déco no lugar das antigas residências, com lojas no térreo e escritórios no primeiro pavimento. Fonte: Museu Histórico de Campina Grande



Imagem 16: Rua Maciel Pinheiro, década de 1940. Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.

4. Breves considerações finais

Na Campina Grande reformada mudaram os territórios e as formas de morar. A cidade passou a ser objeto de um urbanismo que separou as funções, fazendo uso de instrumentos legais, associados ao autoritarismo da administração pública, que determinaram os lugares de trabalho e os lugares de habitação. Enquanto os pobres reproduziam na periferia as moradias insalubres demolidas no centro, a elite campinense construía sua versão do “sweet home” inglês⁴, traduzindo para seu contexto, assim como o resto do país, os modelos da burguesia europeia do século XIX, onde as casas apareciam não em subúrbios, mas em um centro reconstruído, juntas a seus pares sociais, longe dos ambientes de trabalho e em meio a recuos e jardins. Além do mais, essa morada burguesa articulou-se a redes de água, esgoto, eletricidade e circulação, aspectos que, segundo Correia (2004, p.57), fizeram parte da constituição do “habitat moderno”, caracterizado exatamente por essa nova relação entre a moradia e o urbano, onde a habitação surgiu “vinculada a redes de infraestrutura, a equipamentos de uso coletivo e a lugares específicos de trabalho, que permitiram uma redefinição de forma e usos da moradia”.

⁴ Sobre o Sweet Home inglês, ver Hall (1991). Sobre os modelos de moradia da burguesia europeia do século XIX, ver Perrot (1992) e Guerrand (1992).

Assim, ao chegar em 1945, Campina Grande havia construído seu habitat moderno, mas uma modernidade forjada, excludente e acessível a poucos. Depois das enérgicas ações reformistas, seus entusiastas estavam orgulhosos da cidade transformada, das grandes perspectivas criadas pelas largas avenidas, das praças arborizadas, das ruas pavimentadas e saneadas, das quadras devidamente alinhadas, dos arrojados edifícios comerciais e, principalmente, das “vivendas modernas”. O êxito só foi pleno para uma pequena elite, que conseguiu criar seu morar moderno, burguês, longe dos inconvenientes atribuídos à massa pobre. O sanear, circular e embelezar ficou, de fato, restrito a poucos.

5. Referências

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 1979.

ARANHA, Gervácio Baptista. **Campina Grande no espaço econômico regional**: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro. 1991. Dissertação (Mestrado) - Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – Campus II, Campina Grande, 1991.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**. Campina Grande: Oficinas Gráficas da Livraria Moderna, 1943 (reimpressão de 1999).

_____. **Datas campinenses**. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1947 (reimpressão de 1988).

CARVALHO, Juliano L. C. M. de; QUEIROZ, Marcus V. D. de. **Campina Grande 1907-1935**: indícios de modernidade. João Pessoa, 2004. Trabalho de Graduação. Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

CARVALHO, Juliano L. C. M de; QUEIROZ, Marcus V. D. de; TINEM, Nelci. **Trem veloz, rupturas lentas**: arquitetura como produção do espaço urbano em Campina Grande (1907-1935). Trabalho de Graduação. Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

CAVALCANTI, Silede Leila Oliveira. **Campina Grande de(fil)vorada por forasteiros**: a passagem de Campina patriarcal a Campina Burguesa. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal / Secretaria da Educação, 2000.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: Rima, 2004.

DECRETO N° 51. Jornal **O Rebate**, Paraíba, jan. 1935.

GUERRAND, R-H. Espaços privados. In: PERROT, M. (org.) In: **História da vida privada**. V. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 325-411.

HALL, Catherine. Sweet home. In: **História da vida privada IV**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In: **História da vida privada**. V. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 325-411.

PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

QUEIROZ, Marcus Vinicius D. **Dos cascos aos trilhos**: a aceleração dos tempos, espaços e racionalidades: a construção da modernidade em Campina Grande. Monografia apresentada à disciplina Teorias e Concepções da Modernidade. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2005a.

QUEIROZ, Marcus Vinicius D. **Críticas, decretos, demolições e reconstruções**: Campina Grande em reforma. Monografia apresentada à disciplina Cidade do século XIX: representações e projetos. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2005b.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande 1920-1945. 2001. Tese (Doutorado) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.